

IMPLICAÇÕES DAS TEORIAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DIVULGADAS POR INSTITUIÇÕES DO TERCEIRO SETOR

Alcides Bettiol Junior

Mestre em Controladoria e Contabilidade
pelo Departamento de Contabilidade e Atuária
da Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade
da Universidade de São Paulo
alcides@seasky.com.br

Patrícia Siqueira Varela

Doutoranda em Controladoria e Contabilidade
do Departamento de Contabilidade e Atuária
da Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade
da Universidade de São Paulo
psvarela@usp.br

Gilberto de Andrade Martins

Doutor em Administração
Professor Titular do Departamento
de Contabilidade e Atuária
da Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade
da Universidade de São Paulo
martins@usp.br

RESUMO

O desenvolvimento do Terceiro Setor pressupõe a superação de desafios como: eficiência, colaboração, sustentabilidade, legitimidade e, principalmente, garantir a transparência da sua condição econômico-financeira e do seu desempenho na implementação de projetos/programas sociais. Todavia, observa-se que, no Brasil, as demonstrações contábeis elaboradas por instituições do Terceiro Setor são adaptações de demonstrativos desenvolvidos para empresas, o que pode prejudicar o processo informacional. As diferentes teorias do Patrimônio Líquido (proprietário, entidade e dos fundos) ressaltam as características das organizações, empresariais ou não, e as perspectivas distintas quanto ao foco da evidenciação contábil. Portanto, o objetivo deste trabalho é explicar como tais teorias influenciam a formulação de normas práticas pelos órgãos reguladores no Brasil e Estados Unidos da América e, conseqüentemente, a elaboração e divulgação de informações contábeis pelo Terceiro Setor. Desenvolveu-se um caso de estudo da Fundação Zerbini, o qual revelou incoerência quanto à adoção das teorias do Patrimônio Líquido, deixando de atender adequadamente as necessidades dos usuários externos da contabilidade.

Palavras-chave: Teorias do Patrimônio Líquido; Demonstrações Contábeis; Terceiro Setor.

IMPLICATIONS OF EQUITY THEORIES ON ACCOUNTING STATEMENTS DISCLOSED BY THIRD SECTOR INSTITUTIONS

ABSTRACT

The development of the Third Sector presupposes the overcoming of challenges such as efficiency, collaboration, sustainability, legitimacy, and above all, to guarantee the disclosure of its economic and financial condition, as well as its performance in the implementation of social projects and programs. However, one may notice that in Brazil accounting statements prepared by Third Sector institutions are adaptations of statements created for private corporations, which can hamper the disclosure process. The various theories of Equity (proprietary, entity and funds) highlight the characteristics of organizations, corporate or otherwise, and the different perspectives in relation to the focus of accounting disclosure. Thus, this paper aims at explaining how such theories influence the formulation of the practical standards by regulatory agencies in

Brazil and in the United States, and consequently, the elaboration and release of accounting information by Third Sector institutions. A case study on Fundação Zerbini was developed, which revealed incoherencies in the adoption of Equity theories. These inconsistencies compromised the access of outsiders to that institution's accounting data.

Keywords: Equity Theories; Accounting Statements; Third Sector.

1 INTRODUÇÃO

Até recentemente, a abordagem conceitual da ordem sociopolítica brasileira compreendia a existência de dois setores com características distintas: o setor público (primeiro setor), formado pelo Estado e por todos os organismos a ele interligados e que representam o interesse público, e o mercado (segundo setor), composto por um conjunto de entidades comumente denominadas “empresas” e que lidam com os interesses privados.

Contudo, ao longo dos últimos anos, o reconhecimento da existência de um grupo de instituições privadas (sem finalidade lucrativa), constituídas com vistas a atender objetivos sociais ou públicos, acrescenta ao tema mais uma variável: a existência de um Terceiro Setor.

Problemas decorrentes do processo de industrialização e urbanização e da dificuldade do Estado em atender várias demandas da sociedade, resultantes da crise das últimas décadas, têm feito com que as entidades do Terceiro Setor, também conhecidas como instituições sem fins lucrativos, sejam impulsionadas a ocupar espaço na procura de soluções para a redução das desigualdades econômicas e sociais, por meio da ação isolada ou em parceria com o Estado e empresas. Todavia, o processo de desenvolvimento de tais entidades depende da superação de desafios referentes à legitimidade, eficiência, colaboração, sustentabilidade e transparência.

Em relação ao desafio da transparência, percebe-se a necessidade de evolução da Contabilidade, pois as instituições sem fins lucrativos, no Brasil, elaboram suas demonstrações contábeis com base em modelos desenvolvidos para atender às necessidades de usuários ligados a instituições com fins lucrativos. Tal fato pode prejudicar o processo de *accountability*, de avaliação da entidade, de seus gestores e da prestação de contas para a sociedade, particularmente, seus provedores de recursos.

Sendo assim, é necessário conhecer a lógica

subjacente à preparação das peças contábeis para verificar se o foco de atenção das informações geradas favorece a tomada de decisão dos usuários das instituições sem fins lucrativos. Uma das formas de identificar a lógica subjacente é por meio do estudo de algumas das Teorias do Patrimônio Líquido: proprietário, entidade e dos fundos. Portanto, a questão orientadora deste estudo é: Como as teorias do Patrimônio Líquido influenciam a elaboração de informações contábeis pelas instituições sem fins lucrativos?

O objetivo deste trabalho é apresentar as teorias do Patrimônio Líquido e explicar como elas influenciam a formulação de normas práticas pelos órgãos reguladores da contabilidade no Brasil e Estados Unidos da América e, conseqüentemente, a elaboração e divulgação de informações contábeis pelas instituições do Terceiro Setor.

Para isso, foi feito um estudo das normas brasileiras de contabilidade relativas ao Terceiro Setor e do *Statement of Financial Accounting Standards* Nº 117 (FAS 117), apresentando os fatores que influenciaram seu desenvolvimento e as principais características do conjunto de demonstrações contábeis adotadas por tais regulamentações. Além disso, foi apresentado um caso de estudo de uma instituição paulistana: Fundação Zerbini.

A escolha das normas dos EUA como parâmetro de comparação com as normas brasileiras deve-se ao atual estágio de desenvolvimento da Contabilidade e do Terceiro Setor em tal país, como constatado por Coelho (2000, p.21):

1. Os Estados Unidos são o país onde o terceiro setor mais se desenvolveu, em virtude, como veremos adiante, de uma cultura política voltada para o associativismo e o voluntarismo. O terceiro setor americano é, portanto, segundo a visão de vários analistas, um parâmetro mundial de comparação.
2. Por isso mesmo, as agências financiadoras internacionais, como é o caso do Banco Mundial, estabelecem a relação do terceiro

setor americano com as áreas governamentais como orientadora dos parâmetros a serem exigidos no gerenciamento dos recursos repassados pelo banco.

O intuito deste trabalho é contribuir para a discussão, estudo e aperfeiçoamento das demonstrações contábeis utilizadas, atualmente, no Brasil, por instituições do Terceiro Setor, a partir do estudo de teorias que orientam a elaboração das demonstrações existentes e a experiência de um importante ator do cenário mundial, tendo em vista as especificidades do Terceiro Setor e a importância das informações contábeis para o processo de tomada de decisões dos usuários internos e externos.

2 TERCEIRO SETOR: CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS

Vários são os fatores que têm contribuído para o surgimento de um ambiente propício ao desenvolvimento das organizações que constituem o Terceiro Setor, dentre eles: problemas sociais desencadeados pelo processo de industrialização e urbanização, sinais de esgotamento do Estado de Bem-Estar social e a disposição dos indivíduos em mobilizar-se para minimizar o sofrimento de camadas excluídas da população.

No Brasil, assim como no mundo, existe um elevado número de organizações que compõem o universo das instituições sem fins lucrativos. Essas organizações apresentam como uma das características mais marcantes a heterogeneidade.

Assim, podem-se citar, como exemplo dessas entidades, os clubes de futebol, hospitais e universidades privadas, associações de interesse mútuo, centros comunitários, entidades ambientalistas, associações de bairro, centros de juventude, associações de produtores rurais, organizações de defesa de direitos, fundações e institutos empresariais, clubes recreativos e esportivos, organizações não-governamentais, creches, asilos, abrigos, organizações religiosas, cartórios, serviços sociais autônomos, condomínios em edifícios, partidos políticos e sindicatos.

Apesar de serem comumente designadas por expressões como entidade, ONG – Organização Não Governamental, instituto, instituição etc., esses adjetivos tem como função designar dois entes jurídicos que possuem importantes diferenças entre si e são regidas no Brasil pelo Código Civil (Lei nº

10.402/02): associações e fundações. (Cartilha do Terceiro Setor, 2005, p.7).

A multiplicidade de organizações que compõem o Terceiro Setor faz com que exista uma enorme dificuldade na geração de uma definição precisa e amplamente aceita para esse segmento da sociedade, sendo esse problema enfatizado nas palavras de Fischer e Falconer (1998, p.12):

O Terceiro Setor foi se ampliando sem que esse termo, usado para designá-lo, seja suficientemente explicativo da diversidade de elementos componentes do universo que abrange.

Um primeiro passo no sentido de compreender melhor o que é o Terceiro Setor é entender as diferenças existentes entre os três setores que compõem a sociedade.

As características de cada um dos setores são, assim, descritas por Coelho (2002, p.39):

- **Governo ou primeiro setor:** distingue-se, sobretudo, pelo fato de legitimar e organizar suas ações por meio de poderes coercitivos. Tem sua atuação limitada e regulada por um arcabouço legal, fato esse que torna sua atuação previsível a todos os atores da sociedade.
- **Mercado ou segundo setor:** a demanda e os mecanismos de preços baseiam a atividade de troca de bens e serviços, cujo objetivo principal é a obtenção de lucro. Comparativamente ao Governo, o mercado atua sob o princípio da não coerção legal, ou seja, os clientes têm liberdade para escolher o que e onde comprar.
- **Terceiro Setor:** nesse segmento da sociedade, as atividades não têm característica coercitiva ou lucrativa, objetivando o atendimento de necessidades coletivas ou públicas.

Falconer (1999, p.36, grifo do autor) entende o Terceiro Setor como

[...] um setor privado *não voltado à busca de lucro*, que atua na esfera do público, *não vinculado ao Estado*.

A dificuldade encontrada para definir esse segmento da sociedade pode ser visualizada na concepção apresentada pelo autor, uma vez que mostra o Terceiro Setor fazendo referência ao que ele não é, ou seja, não-governamental e não-lucrativo, abstendo-se de dizer o que realmente significa esse

conjunto de entidades.

O Handbook on Nonprofit Institutions in the System of National Accounts (Manual sobre as Instituições Sem Fins Lucrativos no Sistema de Contas Nacionais) - elaborado pela Divisão de Estatística das Nações Unidas, em conjunto com a Universidade John Hopkins, em 2002, define as entidades que compõe o terceiro setor como

[...] (a) organizações que (b) são sem fins lucrativos e que, por lei ou costume, não distribuem qualquer excedente, que possa ser gerado, para seus donos ou controladores; (c) são institucionalmente separadas do governo, (d) são autogeridas e (e) não-compulsória. (ONU, 2003, p. 26).

Não obstante ser uma metodologia amplamente utilizada, cabe salientar que a abordagem apresenta algumas limitações:

- a) prioriza as organizações formais, desconsiderando toda a dinâmica não formal da sociedade civil;
- b) cria uma área cinzenta entre o setor não-lucrativo, o primeiro e o segundo setores, no qual são colocados alguns tipos de organização que não atendem à totalidade das prescrições da metodologia, como, por exemplo: cartórios, serviços sociais autônomos, condomínio em edifício, sindicatos, comissão de conciliação prévia etc.

Apesar da diversidade de instituições, este artigo foca aquelas que prestam algum tipo de serviço social à população, cujos benefícios favorecem o desenvolvimento econômico e social de uma determinada comunidade.

Embora, o ambiente demonstre-se propício ao desenvolvimento de instituições sem fins lucrativos no plano nacional e mundial; muitos desafios precisam ser superados para que o setor possa desempenhar o papel social que lhe foi incumbido, dentre eles, quatro são considerados por Salamon (1997, p. 102-109) como críticos:

Desafio da legitimidade: a ausência de informação disponível sobre o Terceiro Setor tem feito com que haja uma grande falta de consciência a seu respeito. Isso porque ele é, sistematicamente, ignorado nas estatísticas econômicas; poucas vezes referenciado nos debates políticos e nos meios de comunicação;

além de não ter ainda despertado o interesse do meio acadêmico de forma a incentivar o desenvolvimento maciço de pesquisas.

Desafio da eficiência: trata-se da necessidade de o setor demonstrar sua capacidade e competência em um ambiente em que crescem as pressões para aperfeiçoar o sistema de administração, desempenho, controle institucional etc.

Dificuldades relacionadas ao aspecto gerencial decorrentes, em especial, da falta de profissionais capacitados, têm feito com que muitas instituições não consigam desempenhar de forma satisfatória sua missão, comprometendo, assim, a própria existência:

O perfil das organizações do terceiro setor no Brasil parece, à primeira vista, apenas confirmar a percepção de que o problema do setor é, fundamentalmente, um problema de competência na gestão: operando em um meio desfavorável, caracterizado pela falta de recursos e de apoio do poder público, as organizações não conseguem romper o ciclo vicioso: falta de recursos humanos capacitados > gerenciamento inadequado > falta de dinheiro > insuficiência de resultados. (FALCONER, 1999, p.111).

Desafio da colaboração: desenvolver a colaboração com o Estado que, além de importante fonte de financiamento, é um poderoso parceiro no desenvolvimento de projetos em conjunto, visando ao cumprimento das demandas da sociedade no âmbito social. E colaborar com o setor empresarial, que tem se demonstrado preocupado em participar de projetos que beneficiem à sociedade. Isso pode significar ao Terceiro Setor uma forma de viabilidade no longo prazo, dada a possibilidade de obter uma parte dos recursos necessários à sua sustentabilidade.

Desafio da sustentabilidade: o problema da sustentabilidade abrange não só os aspectos financeiros, que têm trazido problemas de sobrevivência a esse grupo de entidades, mas também a sustentabilidade do capital humano, aqui caracterizado pelos profissionais que, muitas vezes, se afastam das entidades do terceiro setor, buscando a oportunidade de ocupar cargos públicos, ou mesmo compor o quadro de colaboradores de empresas que desenvolvem atividades sociais como forma de demonstrar sua responsabilidade social perante os *stakeholders*.

Os recursos financeiros usados pelas entidades que compõem o Terceiro Setor são, normalmente, provenientes de interações com o Estado, organismos oficiais, organismos privados internacionais, fundações nacionais e internacionais, empresas nacionais e internacionais dos diversos segmentos da economia, geração de recursos próprios, bem como doações que podem abranger recursos monetários ou outros tipos de recursos obtidos por essas instituições. Alguns desses recursos financeiros chegam às instituições do Terceiro Setor, mormente, sob a forma de contribuições, doações, subvenções, sendo que essas modalidades de ativos podem ser assim definidas:

- **Contribuições:** transferências voluntárias e incondicionais de ativos para uma entidade (beneficiária) advinda de outra entidade que não espera receber valor em troca e não age como um proprietário (doador). A contribuição também pode ocorrer sob a forma de cancelamento de passivos do beneficiário (DELANEY *et al.*, 2002, p. 1017).
- **Doações:** “transferências gratuitas, em caráter definitivo, de recursos financeiros ou do direito de propriedade de bens, com finalidade de custeio, investimento e imobilizações, sem contrapartida do beneficiário.” (BRASIL, NBC T 19.4, item 19.4.2.1).
- **Subvenções:** contribuições pecuniárias, previstas em lei orçamentária, concedidas por órgãos do setor público a entidades públicas ou privadas, com o objetivo de cobrir despesas com a manutenção e custeio, com ou sem contraprestação de bens ou serviços pela entidade beneficiada (BRASIL, NBC T 19.4, item 19.4.2.1).

Esses recursos podem ou não possuir algum tipo de restrição e quando presentes, os gestores e demais interessados na organização devem levá-las em consideração no processo de tomada de decisão, uma vez que podem influenciar diretamente no processo de gestão da instituição e, conseqüentemente, na continuidade de projetos sociais.

Além dos desafios enunciados anteriormente, a falta de transparência caracterizada pela resistência em abrir-se à avaliação externa, deve ser entendida como outro importante obstáculo a ser superado pelas instituições do Terceiro Setor.

Em um setor em que existe escassez de recursos, o benefício obtido pelos indivíduos por meio dos serviços prestados por essas entidades, bem como

os valores despendidos para o custeio de suas atividades, chama cada vez mais a atenção dos doadores de recursos e da sociedade, de forma geral. Portanto, elaborar demonstrações contábeis que possam colaborar para satisfazer essas necessidades se torna indispensável.

Para Rossi Jr. (2001, p.22),

[...] a credibilidade é fundamental para a sustentabilidade das organizações do Terceiro Setor, que operam na sua grande maioria com recursos provenientes de seus parceiros.

Falconer (1999, p. 132), abordando o problema da necessidade de transparência e do cumprimento da responsabilidade da organização de prestar contas perante os diversos públicos que têm interesses legítimos diante delas (*stakeholders*), apresenta alguns motivos que podem ter influenciado as organizações do Terceiro Setor, no Brasil, quanto ao hábito de não cultivar a transparência:

Muitas organizações foram criadas em um contexto repressivo e atuaram como entidades semi-clandestinas por muitos anos. Entidades que tradicionalmente foram subvencionadas pelo Estado aprenderam que para obter os recursos necessários deveriam percorrer caminhos obscuros de interesses clientelistas. Muitas organizações simplesmente jamais desenvolveram a percepção de que têm um caráter público, seja pela finalidade que buscam, seja pela isenção de impostos de que se beneficiam.

3 TEORIAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE COMUNICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DO TERCEIRO SETOR

A mobilização de recursos financeiros, materiais e humanos e a sua gestão eficiente e eficaz com o intuito de alcançar os objetivos previamente definidos exercem papel importante no processo de continuidade das organizações do Terceiro Setor.

Diferentemente das empresas em que os gestores são responsáveis pela satisfação dos clientes e maximização do lucro, nas instituições do Terceiro Setor, esses profissionais são avaliados pelos resultados alcançados no desenvolvimento de projetos e pela adequação da aplicação dos recursos

destinados à entidade.

Por desempenhar função de interesse público, espera-se que a organização do Terceiro Setor cultive a transparência quanto ao seu portfólio de projetos e, também, quanto aos resultados obtidos e os recursos alocados. O diagnóstico *ex-ante* e a avaliação *ex-post* constituem instrumentos determinantes para o êxito e o apoio a ser obtido em iniciativas futuras. Nesse sentido, a preparação de relatórios de avaliação, e a sua disseminação constituem importantes instrumentos de comunicação com a sociedade. (MARCOVITCH, 1997, p.129).

Nesse contexto, a Contabilidade apresenta-se como uma ferramenta essencial no processo de gestão e de promoção da transparência das ações desenvolvidas pelas organizações do terceiro setor, uma vez que é definida

[...] como o método de identificar, mensurar e comunicar informação econômica, financeira, física e social, a fim de permitir decisões e julgamentos adequados por parte dos usuários da informação. (IUDÍCIBUS, 2000, p. 26).

No processo de comunicação das informações, cabe à Contabilidade, como elemento transmissor, decidir quanto à forma de transmissão da mensagem (conjunto de sinais escolhidos para transmissão da idéia - código), que permita ao receptor (usuário das informações contábeis) a compreensão e entendimento da mensagem transmitida.

Segundo Iudícibus (2000, p.121), as formas de evidenciação contábil (*disclosure*) podem variar, mas a sua essência sempre será apresentar informações quantitativas e qualitativas de maneira ordenada a fim de propiciar uma base adequada de informação para o usuário, deixando de fora das demonstrações formais o menos possível. O autor (2000, p.118) lista seis métodos para realizar a evidenciação:

- Forma de apresentação das demonstrações contábeis: elaboração dos demonstrativos com a utilização de terminologia clara e simplificada e sua colocação em uma forma ou ordem que melhore a interpretabilidade;
- Informações entre parênteses: oferecer ao usuário informações curtas e objetivas, colocadas dentro do corpo do demonstrativo contábil entre parênteses com vistas ao fornecimento de maiores esclarecimentos

sobre um título, um critério de avaliação, a composição de uma conta etc.;

- Notas explicativas (rodapé): o objetivo dessa forma de evidenciação é fornecer informações que não podem ser apresentadas no corpo do demonstrativo contábil;
- Quadros e Demonstrativos Suplementares: cujo objetivo é detalhar itens dos demonstrativos contábeis que não podem ser evidenciados no corpo destes e/ou apresentar outras demonstrações, outra perspectiva de avaliação;
- Comentários do Auditor: fonte complementar de *disclosure* para as demonstrações contábeis, oferecendo maior segurança ao usuário;
- Relatório da Diretoria: tem como objetivo fornecer informações não financeiras relacionadas à operação da entidade, tais como mercado de atuação, perspectivas futuras, plano de crescimento, investimento em pesquisa e desenvolvimento, entre outras.

Um dos pontos cruciais do *disclosure* das organizações do Terceiro Setor é o tratamento dado ao Patrimônio Líquido, pois uma boa evidenciação dos elementos constitutivos desse grupo do Balanço Patrimonial pode auxiliar a avaliação dos usuários das informações contábeis quanto à capacidade de continuidade da entidade e, conseqüentemente, dos diversos projetos sociais desenvolvidos por ela.

Patrimônio Líquido, Patrimônio Social ou Ativos Líquidos podem ser simplesmente definidos como a diferença entre o valor total do Ativo e do Passivo. Entretanto, como salienta Iudícibus (2000, p. 169) em relação às empresas, o Patrimônio Líquido contém elementos que caracterizam diversos interesses como: direitos residuais no caso de liquidação, distribuições de dividendos, participações etc.

No caso das instituições do Terceiro Setor, os interesses são diversos: a atenção volta-se para o uso dos ativos colocados à disposição delas na consecução dos objetivos sociais, à necessidade de reposição desses ativos e as possíveis limitações quanto à continuidade normal das atividades. Em uma situação extremada, poder-se-ia pensar, por exemplo, em um Patrimônio Líquido negativo.

A importância do Patrimônio Líquido e seu significado merecem especial destaque, pois enquanto nas empresas o valor desse grupo (em tese) deve representar a riqueza dos proprietários em um determinado momento, nas entidades do Terceiro Setor o patrimônio líquido

[...] deve representar a capacidade que a entidade tem de manter-se no mercado, oferecendo seus serviços à comunidade, com eficiência e qualidade sem, contudo, comprometer sua continuidade. (OLAK; NASCIMENTO, 2000, p.5).

Nesse sentido, é importante explicar algumas das principais abordagens do Patrimônio Líquido, quais sejam: (1) teoria do proprietário, (2) teoria da entidade e (3) teoria do fundo.

A **teoria do proprietário** é a mais antiga abordagem do Patrimônio Líquido e surgiu para revestir as partidas dobradas de sua lógica formal, uma vez que facilita o entendimento quanto ao funcionamento das contas contábeis (IUDÍCIBUS, 2000, p.171).

A equação contábil é:

Ativo – Passivo = Patrimônio Líquido

O proprietário situa-se na posição de principal interessado, dessa forma se supõe que os ativos pertencem aos proprietários e os passivos são obrigações do proprietário ou, então, são ativos negativos. As receitas são aumentos de propriedade e as despesas representam diminuições. Assim, o lucro líquido (diferença entre receitas e despesas de um determinado período) indica um aumento de propriedade. Os dividendos em dinheiro representam retiradas de capital e os lucros retidos fazem parte da propriedade (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p.466). Tal teoria adapta-se melhor às formas organizacionais mais simples, como firma individual.

Na teoria da entidade

[...] a entidade tem uma vida distinta das atividades e dos interesses pessoais dos proprietários de parcelas de seu capital. A entidade tem personalidade própria. (IUDÍCIBUS, 2000, p.171).

A equação contábil é:

Ativo = Obrigações + Patrimônio Líquido

Pela teoria de entidade, os ativos representam os direitos da empresa de receber bens e serviços e outros benefícios específicos e o outro lado da equação diz respeito a obrigações específicas da organização com terceiros e acionistas.

O lucro líquido é, geralmente, expresso em termos de variação líquida do patrimônio dos acionistas, após deduzir todos os outros direitos, incluindo juros de dívida de longo prazo e imposto de renda.

Contudo, tal lucro somente será pessoal para o acionista caso o valor do investimento tenha aumentado ou tenha havido declaração de dividendos. De acordo com essa idéia de lucro, as receitas são o produto da empresa e as despesas correspondem aos bens e serviços consumidos para obter as receitas (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p.468).

De acordo com Hendriksen e Van Breda (1999, p.468), a teoria da entidade possui aplicação na sociedade por ações como forma de organização de empresas, mas, também, é relevante para outras formas de organização que possuem continuidade de existência separadamente das vidas de seus proprietários individuais.

A teoria do fundo

[...] abandona a relação pessoal pressuposta na teoria da propriedade e a personalização da empresa como unidade econômica e jurídica artificial, pressuposta na teoria da entidade. (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p.470).

Um fundo pressupõe a existência de grupos de ativos e obrigações e restrições correspondentes, indicando funções ou atividades econômicas específicas.

Olak (1996, p. 152) menciona que, visto como entidade contábil,

[...] um fundo possui recursos próprios para serem aplicados em suas atividades ou projetos específicos. Assim, para consecução dos seus fins, um fundo pode ter um conjunto de ativos, obrigações e patrimônio líquido, receitas/ganhos e despesas/perdas.

A equação contábil é:

Ativo = Restrições sobre Ativos

Nessa equação, o ativo representa serviços possíveis ao fundo ou unidade operacional e os passivos restrições a ativos específicos ou gerais do fundo. O capital investido, também, pode ser considerado uma restrição legal ou financeira ao uso de ativos.

O lucro não é o conceito principal na contabilidade financeira, em seu lugar, fica a descrição da operação do fundo. As principais demonstrações

Enf.: Ref. Cont.	Paraná	v. 26	n. 2	p. 57 - 71	maio / agosto 2007
------------------	--------	-------	------	------------	--------------------

financeiras são resumos das origens e aplicações de fundos. Existindo uma demonstração de resultados será um acessório da demonstração do fluxo de fundos, com a descrição dos fundos gerados pelas operações (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, P.470).

O conceito de fundo tem tido mais utilidade em instituições governamentais e sem fins lucrativos, mas pode ser aplicado em outros tipos de entidades.

Como visto, as organizações do Terceiro Setor têm como fontes significativas de recursos as contribuições, doações e subvenções. Tais recursos podem conter cláusulas restritivas quanto à sua aplicação e a entidade deveria controlar separadamente os ativos de usos irrestritos (dependendo somente das decisões da administração) e os ativos com usos restritos, temporários ou permanentes, ou seja, que só podem ser utilizados para atender propósitos específicos. Portanto, a teoria do fundo tem grande aplicação nesse tipo de entidade. Para Olak (1996, p.153), as demonstrações contábeis de uma organização como um todo seria o somatório de um conjunto de demonstrações dos fundos a ela pertencentes.

De acordo com Hendriksen e Van Breda (1999, p.471), todas as teorias ou abordagens do patrimônio líquido e as relações ou atividades a serem divulgadas são importantes em diferentes organizações, relacionamentos econômicos e objetivos contábeis. Entretanto, deve-se ter o cuidado de aplicar a teoria do patrimônio líquido mais lógica em cada caso e usar uma única teoria de maneira coerente em determinadas circunstâncias.

4 NORMAS QUE ORIENTAM A ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR: BRASIL X EUA

No Brasil, o atendimento da demanda por *accountability* e prestação de contas encontra-se, muitas vezes, prejudicado pelo fato de as demonstrações contábeis utilizadas pelas organizações do Terceiro Setor serem elaboradas a partir dos modelos especificados pela legislação societária e que foram desenvolvidos para atender às necessidades de usuários de informações ligados a instituições com fins lucrativos.

Durante longo período, a falta de previsão no ordenamento jurídico do país sobre uma legislação contábil específica, aplicável às instituições do Terceiro Setor, fez com que seus dirigentes usassem legislações aplicáveis a outras organizações, em especial às empresas. (PAES, 2003, p.319).

O mesmo autor (2003, p. 319) acrescenta que a Lei nº 9.790/99, batizada de Lei do Terceiro Setor, e sua regulamentação apresentam-se como

[...] a legislação que deve servir de parâmetro e de referência para a contabilização das entidades sem fins lucrativos.

A referida lei prevê em seus artigos 4º e 5º que a entidade sem fins lucrativos deve fazer observar os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), devendo elaborar balanço patrimonial e demonstração de resultados do exercício.

O Decreto nº 3.100/99 aumentou o conjunto de demonstrações contábeis exigidas das instituições sem fins lucrativos ao acrescentar a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, além das Notas Explicativas.

As demonstrações contábeis elaboradas pelas entidades do Terceiro Setor têm sua estrutura estabelecida por meio da Lei nº 6.404/76 – Lei das Sociedades por Ações e pela NBC T 3 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A NBC T 10 – item 10.4 Fundações, item 10.19 Entidades sem Finalidade de Lucro e item 10.16 Entidades que recebem subvenções, contribuições, auxílios e doações – prevê que as doações e subvenções patrimoniais devem ser contabilizadas no patrimônio social e as receitas de doações, subvenções e contribuições, recebidas para aplicação específica, mediante constituição ou não de fundos, devem ser registradas em contas próprias, segregadas das demais contas da entidade. A mesma norma determina ainda, que esses entes jurídicos elaborem o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos.

Buscando fazer adaptações para atender às especificidades das organizações do Terceiro Setor, o CFC determina, em relação às demonstrações

contábeis elaboradas pelas empresas, as seguintes alterações: (1) a conta Capital será substituída pela conta Patrimônio Social; (2) a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados pela conta Superávits ou Déficits Acumulados. Tais alterações fazem alusão a quem pertence a riqueza líquida da instituição (sociedade) e, ao mesmo tempo, trata de superávits ou déficits acumulados por uma entidade.

Além das alterações previstas para o Balanço Patrimonial, outras demonstrações financeiras também devem sofrer modificações, de acordo com a norma do CFC:

- a) Demonstração do Resultado: a sua denominação é alterada para Demonstração do *Superávit* ou *Déficit*, e deve evidenciar a composição do resultado de um determinado período;
- b) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: a sua denominação é alterada para Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, que deve evidenciar, num determinado período, a movimentação das contas que integram o seu patrimônio. Além dessa alteração, deve ser efetuada a substituição da palavra lucros, pela palavra *superávit*; e a palavra prejuízo, pela palavra *déficit*.
- c) Demonstração das Origens e Aplicação e Aplicação dos Recursos: nessa Demonstração a palavra resultado é substituída pela expressão *superávit* ou *déficit*.

Apesar da lógica subjacente às demonstrações financeiras previstas pela norma contábil estar relacionada às teorias do proprietário e da entidade, o CFC faz menção à teoria dos fundos ao prever que as entidades do Terceiro Setor devem divulgar em notas explicativas informações como, por exemplo:

- a) os fundos de aplicação restrita e as responsabilidades decorrentes desses fundos;
- b) evidenciação dos recursos sujeitos a restrições ou vinculações por parte do doador.

Mesmo existindo características específicas que diferenciam as instituições sem fins lucrativos das empresas, a legislação exige daquelas entidades a elaboração de demonstrações contábeis que utilizem a mesma estrutura, terminologia e conteúdo usado por estas, excetuando-se as alterações observadas anteriormente (OLAK; NASCIMENTO, 2000, p.4).

As diferenças existentes entre as instituições que compõem o mercado (empresas) e as que formam o

setor sem fins lucrativos fazem com que os gestores de organizações do Terceiro Setor necessitem adaptar as ferramentas gerenciais, dentre elas as demonstrações contábeis, para atender às peculiaridades do ambiente no qual essas organizações estão inseridas (CAMPOS, 2003, p. 48).

As alterações de nomenclatura determinadas pelo Conselho Federal de Contabilidade em algumas das demonstrações financeiras publicadas pelas organizações do Terceiro Setor no Brasil não conseguem atingir o objetivo fundamental que é alterar o foco principal dos relatórios.

O estudo das normas contábeis relacionadas às organizações do Terceiro Setor nos EUA inicia-se pela pesquisa relativa às perspectivas dos investidores das empresas e dos provedores de recursos das instituições do Terceiro Setor, sendo esse tema objeto de análise do FASB (*Financial Accounting Standards Board*). O *Concepts Statement Nº 4 (CON 4) – Objectives of Financial Reporting by Nonbusiness Organizations* destaca:

Os objetivos (dos relatórios financeiros emitidos por organizações sem fins lucrativos) derivam do interesse comum daqueles que provêm recursos às organizações (sem fins lucrativos) com intuito de mantê-las em funcionamento e garantir a continuidade da prestação desses serviços. Contrastando com isso, os objetivos das demonstrações financeiras (das empresas de negócios) derivam dos interesses dos provedores de recursos na perspectiva de receberem dinheiro como retorno de seus investimentos. Apesar de interesses diferentes, provedores de recursos de todas as organizações procuram por informações sobre recursos econômicos, obrigações, reservas líquidas, e mudanças ocorridas, além disso, informações que sejam úteis para avaliação de seus interesses. Tais provedores de recursos concentram-se em indicadores de *performance* e informações sobre gestão administrativa. (FASB, 1993, p.19).

A existência de certas inconsistências nas práticas contábeis e de divulgação de informações adotadas por instituições sem fins lucrativos nos EUA levou o *Financial Accounting Standards Board (FASB)* à realização de um projeto, cujo objetivo era padronizar certas informações básicas a serem apresentadas aos diversos usuários.

Resultado do trabalho conjunto, iniciado em 1986, desenvolvido pelo *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA) e pelo FASB e publicado em junho de 1993, o FAS 117 apresentou como uma de suas principais inovações, a obrigação das entidades sem fins lucrativos elaborarem um conjunto de demonstrações financeiras composto por (FASB, 1993, p. 5):

- a) Relatório de Posição Financeira (*Statement of Financial Position*);
- b) Relatório de Atividades (*Statement of Actives*);
- c) Relatório do Fluxo de Caixa (*Statement of Cash Flow*);
- d) Notas explicativas (*Accompanying Notes*).

No desenvolvimento do projeto, o FASB pressupôs que os usuários externos das demonstrações contábeis publicadas pelas instituições do Terceiro Setor têm interesses comuns em avaliar

(a) os serviços oferecidos pela organização e sua capacidade de continuar a oferecer esses serviços e (b) como os administradores cumprem com suas responsabilidades e outros aspectos relacionados à sua performance. (FASB, 1993, p.6).

Assim sendo, a proposta do conjunto de demonstrações contábeis é oferecer aos usuários

da Contabilidade informações sobre (a) o montante e a natureza dos ativos, passivos e do ativo líquido da organização, (b) os efeitos das transações e outros eventos e ocorrências que alteram o montante e a natureza do ativo líquido, (c) o montante e o tipo do fluxo de entradas e saídas de recursos econômicos durante um período, (d) a lista de como as organizações obtêm, gastam e pagam empréstimos e outros fatores que afetam sua liquidez e (e) os serviços realizados por uma organização (FASB, 1993, p. 6).

Os relatórios propostos pelo FASB, por meio do FAS 117, atendem mais adequadamente a expectativa dos usuários externos das demonstrações financeiras, uma vez que procuram abandonar a relação pessoal pressuposta pela teoria da propriedade e a personalização da organização como unidade econômica e jurídica artificial, pressuposta na teoria da entidade, buscando demonstrar a existência de grupos de ativos e obrigações e restrições correspondentes, indicando funções ou atividades econômicas específicas.

A seguir, apresenta-se, no Quadro 1, um comparativo das normas contábeis que regulamentam a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras por instituições do Terceiro Setor no Brasil e nos EUA.

ESPECIFICAÇÃO	BRASIL	EUA
Embasamento Teórico	Teoria da Entidade, Teoria do Proprietário	Teoria dos Fundos
Organismo Regulador	Conselho Federal de Contabilidade (CFC)	<i>Financial Accounting Standard Board</i> (FASB)
Normas Reguladoras	NBC T 3, NBC T 10 – item 10.4 Fundações, item 10.19 Entidades sem Finalidade de Lucro e item 10.16 Entidades que recebem subvenções, contribuições, auxílios e doações e alterações.	FAS 117
Conjunto de Demonstrações Financeiras Obrigatórias	Balanço Patrimonial, Demonstração do <i>Superávit</i> ou <i>Déficit</i> , Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos, Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, Notas Explicativas.	Relatório da Posição Financeira (<i>Statement of Financial Position</i>), Relatório de Atividades (<i>Statement of Actives</i>), Relatório de Fluxo de Caixa (<i>Statement of Cash Flow</i>), Notas Explicativas (<i>Accompanying Notes</i>).
Composição do Balanço Patrimonial	Ativos, Passivos e Patrimônio Líquido	Ativos (<i>Assets</i>), Passivos (<i>Liabilities</i>), Ativos Líquidos (<i>Net Assets</i>)
Forma de apresentação do Patrimônio Líquido	Patrimônio Social, Dotação Orçamentária, <i>Superávits</i> ou <i>Déficits</i> Acumulados	Fundos Restritos, Fundos Temporariamente Restritos, Fundos Irrestritos.
Objetivos Principais	Mensurar a variação da riqueza da entidade.	Mensurar a capacidade de continuidade de prestação de serviços pela entidade.

Quadro 1: Comparação das Normas Contábeis Brasileiras e Norte-americanas quanto à Elaboração de Demonstrações Financeiras de Organizações do Terceiro Setor

Enf.: Ref. Cont.	Paraná	v. 26	n. 2	p. 57 - 71	maio / agosto 2007
------------------	--------	-------	------	------------	--------------------

4.1 *Statement of Financial Position versus* Balço Patrimonial

O *Statement of Financial Position* guarda grande relação com o Balço Patrimonial elaborado pelas empresas e pelas organizações do Terceiro Setor no Brasil. Na visão do FASB (1993, p.30), essa demonstração contábil tem como principal objetivo fornecer aos seus usuários informações que possam colaborar na identificação de aspectos positivos e negativos da situação financeira da empresa, bem como na avaliação de sua *performance* ao longo de um período e de sua capacidade em continuar fornecendo serviços à sociedade.

No Brasil, conforme Ludícibus *et al.* (2003, p.30), o Balço Patrimonial apresenta a posição financeira e patrimonial da instituição em uma determinada data - posição estática. De acordo com o art. 178 da Lei nº 6.404/76,

[...] no balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

Sendo assim, as contas do Ativo são classificadas em ordem decrescente de grau de liquidez e as contas do Passivo em ordem decrescente de prioridade de pagamento das exigibilidades.

Na comparação entre o Balço Patrimonial utilizado pelas organizações do Terceiro Setor no Brasil e o *Statement of Financial Position*, dois pontos merecem destaque:

- doações recebidas por instituições do Terceiro Setor com restrições que impactam a liquidez da instituição poderão ter seus valores reportados separadamente, em contas ou classes de contas específicas, dentro de grupos de ativo e passivo na demonstração financeira;
- nas demonstrações elaboradas por instituições sem fins lucrativos nos EUA o termo Patrimônio Social, comumente utilizado no Brasil, foi substituído por *Net Assets* (Ativos Líquidos) sendo que ele deverá ser composto de pelos menos três classes de contas relacionadas com a característica dos recursos recebidos pela organização. São elas: restrito, temporariamente restrito e irrestrito. As restrições sobre os recursos impõem limitações especiais sobre a gestão da organização, podendo, em decorrência, refletir na capacidade das instituições continuarem a prover serviços à sociedade.

4.2 *Statement of Actives versus Demonstração* do *Superávit/Déficit*

O *Statement of Actives* tem como objetivo principal prover os usuários da Contabilidade de informações sobre os eventos e transações que foram responsáveis por mudanças ocorridas nos Ativos Líquidos da instituição durante um determinado período, comparando o conjunto de receitas e ganhos com o de despesas e perdas.

Nessa linha de pensamento, o FASB (1993, p.35) entende que informações sobre receitas, despesas, perdas e ganhos, contidas em tal relatório são importantes para avaliação dos efeitos das mudanças ocorridas no total do Ativo Líquido e em suas subdivisões (restrito, irrestrito e temporariamente restrito), bem como fornecer informações para avaliar a *performance* da instituição ao longo de um período (FASB, 1993, p.35).

O *Statement of Actives* reflete uma das grandes preocupações das entidades sem fins lucrativos – reposição ou manutenção dos ativos para garantir a continuidade da prestação de serviços à comunidade. Ao evidenciar a forma de distribuição dos recursos obtidos dentro de um determinado período, possibilita o julgamento de valor por parte dos usuários das informações contábeis (momento os “provedores de recursos” da instituição) quanto ao desempenho no desenvolvimento de suas atividades.

No Brasil, as entidades do Terceiro Setor fazem uso da Demonstração do *Superávit* ou *Déficit* do Exercício que, na prática, é uma adaptação da Demonstração de Resultados do Exercício (DRE) usada pelas empresas. Essa demonstração resume as operações realizadas, durante o exercício social, demonstradas de forma a destacar o resultado líquido do período. Conforme a Lei nº 6.404/76, a demonstração é estruturada de maneira dedutiva, com a apuração de diversos tipos de lucros e com detalhes necessários de receitas, despesas, ganhos e perdas.

[...] o lucro ou prejuízo líquido apurado nessa demonstração é o que se pode chamar de lucro dos acionistas, pois, além dos itens normais, já se deduzem como despesas o Imposto de Renda e as participações sobre os lucros a outros que não os acionistas, de forma que o lucro líquido demonstrado é o valor final a ser adicionado ao patrimônio líquido da empresa que, em

última análise, pertence aos acionistas, ou é distribuído como dividendo. (IUDÍCIBUS *et al.*, 2003, p.31).

líquido e o caixa gerado pelas operações, por isso é também chamado de método da reconciliação. (IUDÍCIBUS *et al.*, 2003, p.402).

4.3 *Statement of Cash Flow versus* **Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos**

Na opinião do FASB (1993, p.45), a publicação da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) deve fornecer aos seus usuários relevantes informações sobre os recebimentos e pagamentos efetuados em dinheiro por uma entidade ao longo de um período.

Na elaboração da DFC as movimentações de caixa (pagamentos/recebimentos) são classificadas por grupo de atividades:

- **atividades operacionais:**

[...] estão relacionadas com a produção e entrega de bens e serviços e os eventos que não sejam definidos como atividades de investimento e financiamento. Normalmente, relacionam-se com as transações que aparecem na DRE. (IUDÍCIBUS *et al.*, 2003, p.399-400);

- **atividades de investimento:**

[...] relacionam-se normalmente com o aumento e diminuição dos ativos de longo prazo que a empresa utiliza para produzir bens e serviços. (IUDÍCIBUS *et al.*, 2003, p.400);

- **atividades de financiamento:**

[...] relacionam-se com os empréstimos de credores e investidores à entidade. (IUDÍCIBUS *et al.*, 2003, p.400).

Ainda, em relação à Demonstração do Fluxo de Caixa, faz-se importante registrar que existem dois métodos de elaboração, cuja diferença reside na forma de apuração do caixa gerado ou consumido pelas atividades operacionais:

- **método direto:**

[...] explicita as entradas e saídas brutas de dinheiro dos principais componentes das atividades operacionais, como os recebimentos pelas vendas de produtos e serviços e os pagamentos a fornecedores e empregados. (IUDÍCIBUS *et al.*, 2003, p.402).

O saldo final deve ser entendido como o montante de caixa gerado ou consumido pela atividade durante um período.

- **método indireto:**

[...] faz a conciliação entre o lucro

No Brasil, as entidades do Terceiro Setor são obrigadas a publicar a Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos (DOAR) que em alguns países vem sendo substituída pela Demonstração do Fluxo de Caixa, devido “basicamente à maior facilidade de entendimento pelos usuários”. (IUDÍCIBUS *et al.*, 2003, p.32).

5 CASO DE ESTUDO - FUNDAÇÃO ZERBINI

A Fundação Zerbini é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica, com prazo de duração por tempo indeterminado e com autonomia administrativa, operacional e financeira, tendo por objetivo colaborar com o Instituto do Coração – InCor, que é uma Unidade do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP), atuando especialmente nas áreas de saúde, de ensino e de pesquisa no campo da cardiologia, visando a colaborar na realização das atividades do InCor.

Para consecução dos seus objetivos, a Fundação utiliza parte das máquinas e dos equipamentos, funcionários administrativos, corpo médico, medicamentos, imóvel e outros bens do Hospital das Clínicas – HC, de acordo com convênio 01/94 celebrado com a HCFMUSP, com vigência até 30 de dezembro de 2014.

Ao término do exercício de 2004, a Fundação Zerbini divulgou conjunto de demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003, o qual se encontra disponível no endereço www.zerbini.org.br, sendo composto por: Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes, Balanço Patrimonial, Demonstração de Déficits, Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e Notas explicativas às demonstrações financeiras, em conformidade com a legislação brasileira.

De acordo com a teoria dos fundos, a Fundação Zerbini deveria elaborar suas demonstrações financeiras de maneira a apresentar, para os usuários externos, dados que possibilitassem avaliar sua capacidade de continuar provendo serviços à sociedade. Mas, ao atender a legislação brasileira,

não conseguiu abandonar a relação pessoal pressuposta pela teoria da propriedade e a personalização da organização como unidade econômica e jurídica artificial, pressuposta na teoria da entidade, haja vista as influências de tais abordagens do Patrimônio Líquido nas normas contábeis brasileiras.

O Patrimônio Social divulgado no Balanço Patrimonial pela Fundação Zerbini exemplifica o fato:

Tabela 1: Composição do Patrimonial Social da Fundação Zerbini em 2003/2004

Patrimônio Social	2004	2003
Déficits Acumulados	(80.649)	(27.110)
Dotações Patrimoniais	133.857	90.423
Total Patrimônio Social	53.208	63.313

A forma utilizada para apresentação do Patrimônio Social não permite ao usuário externo, em uma avaliação preliminar, constatar que a entidade passa por dificuldades financeiras que podem comprometer sua capacidade futura de prestação de serviços sociais que se propõe a fornecer.

O Patrimônio Social encontra-se positivo, exclusivamente, pelos recursos recebidos pela Fundação Zerbini a título de dotação orçamentária pela Câmara dos Deputados e Senado Federal e que são referentes a recursos restritos, ou seja, somente podem ser utilizados no projeto do InCor do Distrito Federal, conforme informações contidas no Relatório de Administração. Sob esse aspecto, o relatório proposto pelo FASB demonstra-se mais adequado às necessidades dos usuários externos.

A Fundação Zerbini procura reduzir a falta de *disclosure*, relacionando em algumas passagens do Relatório da Administração a existência de grupos de ativos e passivos restritos, conforme apresentado na seqüência:

- “A parcela da administração do InCor-HC/FMUSP que é de responsabilidade da Fundação Zerbini auferiu em 2004 um resultado operacional negativo de R\$ 18.063 mil, representando 11% das receitas totais”.
- “Os custos do PSF-DF¹ também impactaram a folha de pagamento pela contratação de 1.329 funcionários entre fevereiro e dezembro, cabendo ressaltar que estes custos foram totalmente

suportados por dotação orçamentária do Governo do Distrito Federal”.

- “Os custos referentes aos investimentos totais do InCor/DF foram suportados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, totalizando em 2004 uma dotação patrimonial de R\$ 30.785 mil e uma dotação para custeio de R\$ 12.462 mil”.

Apesar de o principal objetivo da Fundação Zerbini ser o de colaborar com o Instituto do Coração – InCor-HC/FMUSP, as passagens do Relatório da Administração demonstram sua participação em outros projetos que possuem como característica as restrições impostas aos fundos a ela transferidos. Por outro lado, os recursos obtidos nas atividades que visam a colaborar na realização de atividades do InCor não possuem nenhuma restrição expressa e tem sido utilizados para suportar atividades ligadas ao atendimento assistencial, pesquisa e ensino.

A forma de apresentação das restrições impostas aos fundos administrados pela Fundação Zerbini pode dificultar a avaliação dos usuários externos, pois não são evidenciadas na principal parte do conjunto de informações contábeis: as demonstrações financeiras.

O FAS 117 determina que essas informações sejam reportadas no Balanço Patrimonial e a movimentação de fundos, com essas características, seja evidenciada na demonstração intitulada *Statement of Actives*. Essa proposta parece mais lógica para atender as necessidades dos usuários externos que aquela adotada pelas normas brasileiras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vários são os desafios a serem superados pelas instituições que constituem o Terceiro Setor no Brasil, mormente aqueles relacionados à eficiência nas operações, ao desenvolvimento de parcerias e à obtenção de recursos financeiros, físicos e humanos. Por sua vez, a superação de tais desafios requer transpor outro obstáculo - garantir a transparência da condição econômico-financeira e do desempenho na implementação de projetos/programas sociais das entidades do Terceiro Setor.

Nesse contexto, a Contabilidade apresenta-se como uma ferramenta essencial no processo de gestão e de promoção da transparência das ações desenvolvidas pelas organizações do Terceiro Setor,

¹ Programa Saúde da Família

uma vez que é definida como o método de identificar, mensurar e comunicar informações com a finalidade de permitir julgamentos e decisões adequadas por parte dos usuários internos e externos. Ocorre que, no Brasil, as demonstrações contábeis elaboradas pelas entidades do Terceiro Setor são adaptações dos demonstrativos desenvolvidos pelas empresas, cujas características e perspectivas são bem diferentes.

O estudo do Patrimônio Líquido das organizações ressalta essas características e perspectivas distintas e seu significado merece especial destaque, pois enquanto nas empresas o valor desse grupo (em tese) deve representar a riqueza dos proprietários em um determinado momento, nas entidades do Terceiro Setor o patrimônio líquido deve representar (em tese) a capacidade de a instituição continuar operando e oferecendo seus serviços à comunidade.

A análise comparativa das demonstrações contábeis do Brasil com a dos Estados Unidos da América revelou que este último país parece atender mais adequadamente as expectativas dos usuários externos das demonstrações financeiras, uma vez que procura abandonar a relação pessoal pressuposta pela teoria do proprietário e a personalização da empresa como unidade econômica e jurídica artificial, pressuposta na teoria da entidade, buscando demonstrar a existência de grupos de ativos, obrigações e as restrições correspondentes, indicando funções ou atividades econômicas específicas.

A teoria dos fundos, empregada na elaboração de demonstrações financeiras para instituições do Terceiro Setor, mostra-se mais adequada quando comparada às teorias da entidade e proprietário. A forma como o patrimônio líquido é divulgado nas demonstrações financeiras americanas (*Net Assets*) possibilita a organização externar uma das principais preocupações das entidades do Terceiro Setor que é a reposição ou manutenção dos ativos para garantir a continuidade da prestação de serviços à comunidade. O Relatório de Posição Financeira (*Statement of Financial Position*) procura evidenciar a situação dos ativos e obrigações quanto às restrições existentes, possibilitando aos usuários externos um maior poder de julgamento em relação aos aspectos financeiros da entidade.

O Relatório de Atividades (*Statement of Activities*), ao adotar estrutura distinta da Demonstração de

Superávit/Déficit elaborada Brasil, busca evidenciar o conjunto de receitas e ganhos e o de despesas e perdas segregado por tipo de fundos, o que permite avaliar o desempenho da entidade no desenvolvimento de suas atividades e as variações financeiras ocorridas nos fundos num dado período.

A utilização da Demonstração do Fluxo de Caixa ao invés da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pode garantir uma melhor compreensão da situação financeira da entidade por parte de um conjunto maior de usuários, pois a primeira pode ser de mais fácil entendimento.

As dificuldades de evidenciação das informações de interesse do usuário externo puderam ser observadas no conjunto de informações contábeis publicadas pela Fundação Zerbini, pois a parte principal do relatório (demonstrações financeiras) não permite visualizar clara e diretamente as restrições de uso dos ativos da organização.

Os resultados deste trabalho indicam que as normas adotadas na elaboração e divulgação das demonstrações financeiras nos EUA procuram respeitar as especificidades quanto à necessidade de informações pelos usuários da contabilidade de organizações do Terceiro Setor ao adotar a teoria do Patrimônio Líquido que, logicamente, mais se adapta às suas características, fato não observado nas normas brasileiras.

Por fim, espera-se que este trabalho possa fomentar o debate sobre o tema e, assim, contribuir para o aperfeiçoamento do processo *accountability* e prestação de contas das organizações que compõem o Terceiro Setor no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. *Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 10.19*. Aspectos contábeis específicos em entidades diversas. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/Legislacao/Default.asp/>>. Acesso em: 25/08/2003.

_____. _____. *Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 10.19.4*. Incentivos Fiscais, Subvenções, Contribuições, Auxílios e Doações Governamentais. Disponível em: <http://www.crbsp.org.br/serie_millenium/normas/index.htm>. Acesso em: 17/02/2006.

- CAMPOS, Gabriel Moreira. *A realidade contábil-gerecncial de uma organização do terceiro setor: o caso da Fundação Otacílio Coser*. 2003. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo. São Paulo.
- COELHO, Simone de Castro Tavares. *Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2002.
- DELANEY, Patrick R. *et al. GAAP 2002: interpretation and application of generally accepted accounting principles 2002*. New York: John Wiley & Sons, 2002.
- FALCONER, Andrés Pablo. *A promessa do Terceiro Setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão*. 1999. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- FASB – Financial Accounting Standards Board. *Statement of Financial Accounting Standards Nº 117 (FAS 117)*: Connecticut, 1985. Disponível em: <<http://www.fasb.org>>. Acesso em: 14/10/2004.
- FISCHER, Rosa Maria; FALCONER, Andrés Pablo. Desafios da parceria governo e terceiro setor. *Revista de Administração*. São Paulo, v. 33, n.1, p. 12-19, jan/mar, 1998.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da contabilidade*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- _____; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. *Manual de contabilidade das sociedades por ações*. São Paulo: Atlas, 2003.
- OAB- Ordem dos Advogados do Brasil (Seção São Paulo). Comissão de Direito do Terceiro Setor. *Cartilha do Terceiro Setor*. São Paulo: OAB, 2005.
- OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo. As entidades sem fins lucrativos (Terceiro Setor) e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas. *Anais...* Artigo apresentado no XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2000. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/uparq/trabalhos/334.doc/>>. Acesso em: 28/07/2003.
- ONU – United Nations. Department of Economic and Social Affairs - Statistics Division. *Handbook on Nonprofit Institutions in the System of National Accounts*. United Nations: New York, 2003. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesF/SeriesF_91E.pdf>. Acesso em: 20/04/2004.
- PAES, José Eduardo Sabo. *Fundações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários*. Brasília: Brasília Jurídica, 2003.
- ROSSI Jr., L. R. *A gestão para resultados como ferramenta administrativa nas organizações do terceiro setor*. Integração. São Paulo: Maio 2001. Disponível em: <<http://200.224.250.199/banco.htm>>. Acesso em: 25/06/2003.
- SALAMON, Lester M.; ANHEIER, Helmut K.. *Defining the nonprofit sector: a cross-national analysis*. Manchester: Manchester University Press, 1997.

Endereço dos autores:

Universidade de São Paulo
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Departamento de Contabilidade e Atuária
Av. Prof. Luciano Gualberto, 908
Cidade Universitária
São Paulo – SP
05508-900